

Sumário

Agradecimentos.....	9
---------------------	---

Capítulo 1

Considerações Introdutórias	17
1.1. Evolução histórica do estudo do processo constitucional.....	17
1.2. Direitos constitucionais de várias gerações e suas respectivas tutelas processuais	19
1.2.1. O surgimento da pós-modernidade jurídica	20
1.3. Direitos constitucionais de primeira geração e seu direito processual garantidor.....	25
1.3.1. A evolução dos conceitos de “ação” e de “processo”, nesta fase da história do Direito	25
1.3.2. O surgimento e a evolução do direito constitucional e do direito processual no Brasil.....	26
1.4. Direitos constitucionais de segunda geração e sua garantia processual.....	28
1.4.1. A evolução do conceito de “ação” e de “processo”, neste momento histórico.....	29
1.4.2. O nascimento do controle de constitucionalidade no Brasil	31
1.4.3. O desenvolvimento do conceito de ação no Brasil	35
1.5. Direitos constitucionais de terceira geração e a evolução do processo para sua efetividade	37
1.5.1. O conceito “pós-moderno” de ação	38
1.5.2. O contraste entre a evolução do controle de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988 e o tratamento da matéria no Código de Processo Civil brasileiro de 1973	43

1.5.2.1	A limitação da legitimidade ativa ao cidadão para o ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	46
1.5.2.2	O instituto da repercussão geral das questões constitucionais para admissibilidade do recurso extraordinário	46
1.5.2.3	As razões do cabimento da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	47

Capítulo 2

Controle de Constitucionalidade 55

2.1.	Noções básicas.....	56
2.1.1.	Origem do controle de constitucionalidade.....	56
2.1.2.	Norma constitucional e norma ordinária	60
2.1.3.	Classificação das normas constitucionais	66
2.1.4.	Interpretação das normas constitucionais.....	66
2.1.5.	Meios informais de modificação da Constituição	69
2.2.	A Constituição e seu conceito	70
2.2.1.	Classificação das Constituições	70
2.2.2.	Inconstitucionalidade	71
2.2.2.1.	Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal	73
2.2.2.2.	Inconstitucionalidade por desvio ou excesso de poder legislativo	74
2.2.2.3.	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	76
2.2.2.4.	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente.....	76
2.2.2.5.	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial	77

2.3.	Objeto da declaração de inconstitucionalidade.....	78
2.4.	Inconstitucionalidade de normas constitucionais	79
2.5.	Fases da declaração de inconstitucionalidade.....	82
2.6.	Efeitos da declaração judicial de inconstitucionalidade	82
2.6.1.	Efeitos processuais relativos à eficácia da lei	83
2.6.2.	Efeitos no tempo, quanto à extensão da coisa julgada.....	86
2.6.3.	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no direito intertemporal.....	88
2.6.3.1.	Revogação do ordenamento jurídico anterior pela Constituição Federal nova..	88
2.6.3.2.	Repristinação do ordenamento jurídico revogado.....	91
2.6.4.	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade em relação às partes do processo	93
2.7.	Controle de constitucionalidade em estudo	94
2.7.1.	Controle de constitucionalidade preventivo e controle de constitucionalidade repressivo	94
2.7.2.	Controle de constitucionalidade individual e controle de constitucionalidade coletivo.....	95
2.7.3.	Controle de constitucionalidade direto e controle de constitucionalidade indireto.....	96
2.8.	Objeto do controle de constitucionalidade	97
2.9.	Sistemas de controle de constitucionalidade.....	98
2.9.1.	O sistema político de controle de constitucionalidade	98
2.9.2.	O sistema judicial de controle de constitucionalidade	98
2.9.3.	O sistema misto de controle de constitucionalidade	99
2.10.	O sistema judicial de controle de constitucionalidade, pelo método difuso, em estudo	100
2.10.1	A competência para o exercício do controle de constitucionalidade pelo método difuso.....	100

2.10.2.	A titularidade para requerer o exercício do controle de constitucionalidade pelo método difuso	102
2.10.3.	Tratamento processual da inconstitucionalidade...	103
2.10.4.	Meios processuais de exercício do controle de constitucionalidade judicial utilizando-se o método difuso	104
2.10.5.	Efeitos da sentença que julga a inconstitucionalidade pelo método difuso.....	104
2.10.6.	Natureza jurídica da sentença que julga a inconstitucionalidade no método difuso.....	105
2.10.7.	Reflexos da declaração de inconstitucionalidade de lei, pelo método difuso, na manutenção da coisa julgada.....	106
2.10.8.	Reflexos da declaração de inconstitucionalidade de lei, pelo método difuso sobre o direito adquirido e o ato jurídico perfeito	108
2.11.	O sistema de controle de constitucionalidade no Brasil, pós-Constituição Federal de 1988.....	109
2.12.	Reflexões sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, pós-Constituição Federal de 1988.....	114

Capítulo 3

Ação Declaratória Incidental de Inconstitucionalidade.....	117
3.1. Surgimento da ação declaratória.....	118
3.1.1. As ações prejudiciais	119
3.1.2. Juízos provocatórios	123
3.1.2.1. Juízo provocatório <i>ex lege diffamari</i>	124
3.1.2.2. Juízo provocatório <i>lex si contendat</i>	125
3.1.3. Litígio entre pretendentes	126
3.1.4. A obtenção de segurança jurídica.....	128
3.1.5. O procedimento documental	128
3.1.6. O procedimento documental renovatório	129
3.1.7. A <i>querella nullitatis</i> ou ação de nulidade	129
3.1.8. A demanda incidental.....	131

3.1.9.	Objeto da ação declaratória	131
3.2.	Cabimento da ação declaratória como instrumento de controle de constitucionalidade	133
3.3.	Lide constitucional	136
3.4.	Questão prejudicial constitucional.....	139
3.5.	Competência para julgamento da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	140
3.6.	Condições da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	140
3.6.1.	Falta de interesse de agir.....	142
3.6.2.	Possibilidade jurídica do pedido.....	143
3.6.3.	Legitimidade das partes	144
3.7.	Requisitos para o ajuizamento da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	145
3.7.1.	Inexistência de impedimento jurídico ao ajuizamento da demanda incidental de inconstitucionalidade no processo “pós-moderno”.....	145
3.7.2.	Preclusão, prescrição e caducidade da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade....	147
3.7.3.	Ação declaratória de inconstitucionalidade conexa.....	148
3.7.4.	Competência para o julgamento da ação declaratória de inconstitucionalidade conexa.....	149
3.8.	Petição inicial da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	150
3.8.1.	Causa de pedir	151
3.8.2.	Valor da causa.....	152
3.9.	Objeto da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	153
3.10.	Cabimento da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade no direito processual brasileiro	154
3.11.	Finalidade da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	158
3.11.1.	Diferença de outras ações com finalidade de exercício do controle de constitucionalidade.....	160

3.12. Tutela antecipada e revelia na ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	163
3.13. Julgamento antecipado da lide e atuação do Ministério Público	164
3.14. Efeitos do ajuizamento da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	165
3.15. Sentença na ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	167
3.15.1. Ineficácia particular e ineficácia geral da lei declarada inconstitucional	168
3.15.2. Natureza jurídica da sentença	168
3.15.3. Efeitos da sentença	169
3.15.4. Efeitos secundários da sentença	170
3.16. Recurso do julgamento da ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	170
3.17. Coisa julgada na ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	172
3.18. Cumprimento de sentença na ação declaratória incidental de inconstitucionalidade	173
Conclusão	179
Bibliografia	189